

APÓS DISPUTAS INTERNAS

Botelho confirma licença em junho e defende mudanças no transporte intermunicipal

Além disso, o deputado afirma que será um marco valioso para o estado, apoiar grandes eventos na capital e que trará impactos positivos na economia local - [Pág. 4](#)



FOREST FIRE

Mato Grosso sedia Congresso Internacional de Gestão de Incêndios Florestais

Evento com iniciativa do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso (CBMMT), com o apoio do Governo do Estado

Reconhecido como referência nacional no combate aos incêndios florestais, o estado de Mato Grosso será palco do Forest Fire – Congresso Internacional de Gestão de Incêndios Florestais, que acontecerá entre os dias 16 e 18 de junho, em Cuiabá. As inscrições já estão abertas e podem ser feitas pelo site: www.forestfire.com.br.

O evento é uma iniciativa do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso (CBMMT), com o apoio do Governo do Estado, e se destaca como um dos primeiros do gênero no país. O congresso reunirá especialistas de dez países para debater a gestão integrada de incêndios florestais, com foco na preservação dos ecossistemas e na proteção das comunidades. [Pág. 8](#)



SOLIDARIEDADE EM ALTA

Mato Grosso se destaca com aumento de 24% nas doações de leite para prematuros em comparação ao ano passado



Com inúmeros casos de bebês prematuros que precisam da amamentação materna, o estado vem ampliando ações de promoção à amamentação e destacando a importância do ato e o quanto pode salvar vidas [Pág. 7](#)

ESPAÇO DA MULHER

Dra. Mara critica fechamento de atendimento a mulheres vítimas de violência nas UPAs e cobra ação da prefeitura - [Pág. 4](#)



EDUCAÇÃO AMBIENTAL



Lei sancionada por Mauro Mendes aplica multa de R\$ 5 mil para quem jogar lixo em espaços públicos de Mato Grosso

Nova norma prevê punição para pessoas físicas e empresas; denúncias poderão render recompensa ao cidadão por meio do app MT Cidadão

[Pág. 5](#)



Ajudar com amor é enxergar além da necessidade imediata: é reconhecer a pessoa em sua totalidade — sua história, seus medos, suas esperanças

Amor que acolhe, ação que transforma!

Em meio ao turbilhão da vida, com seus desafios e incertezas, ecoa uma verdade fundamental — um farol que guia e acalma: o amor é tudo o que temos, a única via pela qual podemos genuinamente ajudar uns aos outros. Essa não é uma frase feita, nem um adorno retórico para soar bem; é a essência da nossa humanidade, o fio invisível que nos conecta e nos impulsiona a construir um mundo mais compassivo e resiliente.

Olhemos ao nosso redor: as maiores transformações, os gestos mais significativos de apoio, as curas mais profundas — todos, invariavelmente, carregam a marca do amor. Seja no abraço que consola uma dor silenciosa, na escuta atenta que acolhe um desabafo, no ato de dividir o pouco com quem nada possui ou na luta incansável por justiça e igualdade, o amor se revela como a força motriz da verdadeira solidariedade.

Como afirmou Martin Luther King Jr., “o amor é a única força capaz de transformar um inimigo em amigo.” A ajuda desprovida de afeto pode ser eficiente, pode até ser necessária em determinados momentos. Podemos oferecer recursos materiais, conhecimento técnico, tempo ou esforço. No entanto, quando o amor se ausenta, essa ajuda corre o risco de se tornar fria, impessoal e até mesmo de perpetuar desigualdades e dependências. O amor, ao contrário, infunde à ação o calor humano que nutre a alma, reconhecendo a vulnerabilidade do outro e acolhendo-a com empatia.

Ajudar com amor é enxergar além da necessidade imediata: é reconhecer a pessoa em sua totalidade — sua história, seus medos, suas esperanças. Como destacou Viktor Frankl, psiquiatra e sobrevivente do Holocausto, “a essência da existência humana é a responsabilidade pelo outro.” Quando compreendemos isso, nossa ajuda se torna mais profunda, mais respeitosa, buscando não apenas aliviar o sintoma momentâneo, mas também fortalecer a autonomia e a dignidade de quem está diante de nós.

O amor também nos ensina a olhar além das diferenças, a derrubar os muros da intolerância e do preconceito. Ele nos convida à escuta ativa, à compaixão verdadeira, ao exercício de nos colo-



Foto: Imagem criada por Kieber Simioni com IA da Microsoft Design

carmos no lugar do outro. Como escreve bell hooks, teórica e ativista: “O amor é um ato de vontade — a intenção de nutrir o crescimento espiritual de si mesmo ou do outro.” Sem essa vontade, a ajuda se esvazia; com ela, torna-se semente de transformação.

Num mundo frequentemente moldado pela lógica da competição e do individualismo, afirmar que o amor é o único caminho para a verdadeira ajuda é um ato de resistência. Precisamos, urgentemente, resgatar a beleza dos laços humanos, fortalecer as redes de apoio mútuo e cultivar a compaixão em nossas interações diárias. Pequenos gestos — um sorriso sincero, uma palavra de encorajamento, uma escuta generosa — são manifestações do amor em ação, capazes de transformar não apenas o dia de alguém, mas o tecido da sociedade como um todo.

O caminho da ajuda permeada pelo amor não é sempre fácil. Ele exige paciência, entrega e, muitas vezes, o enfrentamen-

to de nossas próprias limitações e inseguranças. Mas, como lembra o Dalai Lama, “somos feitos para o amor e para a compaixão; elas são as verdadeiras fontes da felicidade humana.” A recompensa, portanto, é imensurável: construir um mundo onde a vulnerabilidade não seja sinônimo de isolamento, mas de encontro; onde a dor encontre acolhimento e onde a esperança floresça entre corações conectados pelo afeto.

Que possamos, então, lembrar sempre: em cada gesto de auxílio, em cada tentativa de aliviar o sofrimento alheio, o amor deve ser nossa bússola e nossa ponte. Pois, no fim das contas, é o amor que nos define como seres humanos — e é ele que nos permite construir um futuro em que a ajuda mútua não seja apenas uma ação, mas a própria essência da nossa coexistência.

Soraya Medeiros

é jornalista com mais de 23 anos de experiência, possui pós-graduação em MBA em Gestão de Marketing. É formada em Gastronomia e certificada como sommelier

EDITORIAL

Maio Laranja – Um chamado urgente à proteção da infância



Maio é o mês em que o Brasil se veste de laranja para dar visibilidade a uma das mais graves violações de direitos humanos: o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. O chamado “Maio Laranja” não é apenas uma campanha de conscientização — é um grito coletivo por justiça, proteção e responsabilidade. É um convite à sociedade para que enfrente, com coragem e urgência, uma realidade muitas vezes silenciada pela vergonha, pelo medo ou pela omissão.

O dia 18 de maio, marco da luta contra o abuso sexual infantojuvenil, relembra o brutal assassinato da menina Araceli Cabrera Sánchez Crespo, de apenas 8 anos, em 1973. Mais de cinco décadas depois, a dor permanece viva, refletida nas estatísticas alarmantes: milhares de crianças continuam sendo vítimas, em sua maioria dentro dos próprios lares ou em ambientes onde deveriam estar seguras.

Não podemos nos permitir a normalização do inaceitável. O combate a esse tipo de violência exige ações coordenadas entre o poder público, escolas, instituições de proteção à infância e, principalmente, famílias. É necessário criar ambi-

entes onde crianças e adolescentes se sintam seguros para falar, para denunciar e, sobretudo, para serem ouvidos com respeito e seriedade.

Mas a prevenção vai além da denúncia. Implica educação sexual adequada nas escolas, formação contínua de profissionais da saúde e da educação, políticas públicas de proteção social e, primeiro, uma mudança cultural. A sociedade precisa abandonar o tabu em torno do tema e compreender que proteger a infância é uma responsabilidade de todos.

Denunciar é um ato de amor e de coragem. O Disque 100, canal nacional para registro de violações de direitos humanos, é uma ferramenta vital que deve ser amplamente divulgada. Mas é preciso mais: garantir que cada denúncia resulte em acolhimento à vítima, punição aos agressores e medidas que previnam a reincidência.

Neste Maio Laranja, que o simbolismo da cor acesa nos alerte para a urgência de iluminar o que ainda está escondido nas sombras. Nenhuma criança deve ser silenciada. Nenhum adolescente deve carregar o peso de uma violência que poderia — e deveria — ter sido evitada. Que este mês seja, de fato, um ponto de virada: menos silêncio, mais ação; menos negligência, mais proteção; menos estatísticas, mais infância.

EXPEDIENTE

copopular.com.br

DIRETOR
Maykon Milas

DEPTO COMERCIAL
(65) 3052-6030 ou 3052-6031

FOTOS
Assessoria e divulgação

EDITOR DE ARTE
Kieber Simioni

PAUTA
redacaocopopular1@gmail.com
admcopopular1@gmail.com



CIRCULAÇÃO
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articuladores são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Não representam assim a opinião do Jornal.

PINGA FOGO



Respondendo parlamentar

O ex-deputado federal Neri Geller (ex-PP) rebateu com firmeza as críticas do deputado estadual Diego Guimarães (Republicanos), que sugeriu que sua ida ao partido seria uma tentativa de se distanciar da esquerda após ter integrado os governos de Dilma Rousseff e Lula (PT). Em resposta, Neri afirmou que sua filiação ao Republicanos foi fruto de um convite formal feito pelas principais lideranças da sigla — Marcos Pereira, Adilton Sachetti e Otaviano Pivetta — e que não deve satisfações a Diego. Ele reforçou que sua atuação política continuará com perfil de centro, como em seus mandatos anteriores, e destacou com orgulho sua experiência tanto em governos petistas quanto de direita, defendendo sua versatilidade e compromisso com pautas que beneficiem o país.

Combate à violência



A vereadora Maria Avalone (PSDB), presidente da Comissão dos Direitos da Mulher da Câmara Municipal de Cuiabá, fez um apelo contundente por maior engajamento dos parlamentares no combate à violência contra as mulheres. Durante a sessão, ela apresentou um requerimento convocando a secretária municipal Hadassah para participar da próxima reunião da Comissão, com o objetivo de discutir ações concretas de proteção às mulheres na capital. Avalone criticou a falta de prioridade dada ao tema, destacando que, apesar da legítima preocupação com questões urbanas, é inaceitável que uma capital economicamente forte como Cuiabá continue registrando altos índices de violência de gênero. “É uma vergonha para todos nós. Não é só um problema das mulheres, é um problema de toda a sociedade”, afirmou.

Ouvindo o clamor da população



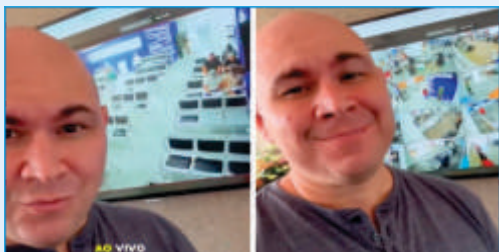
O vereador Fred Gahyva (Republicanos) voltou a cobrar firmeza da Prefeitura de Cuiabá diante dos persistentes problemas na coleta de lixo da capital. Em entrevista concedida, o parlamentar criticou a atuação da empresa responsável pelo serviço e questionou sua capacidade de cumprir o contrato firmado com o município. “Se até agora não cumpriram, não será em 30 dias que vão resolver. Já tiveram tempo suficiente desde o ano passado”, afirmou. Gahyva também rechaçou a alegação de atrasos nos pagamentos como justificativa para a má prestação do serviço, destacando que empresas contratadas pelo poder público devem ter estrutura financeira para manter suas obrigações. Apesar das críticas, o vereador deixou claro que, caso a empresa parece regularizar o serviço no prazo estipulado, não se opõe à sua permanência. Caso contrário, reforçou que a prefeitura deve agir com urgência e tomar medidas cabíveis.

Sala de acolhimento das mulheres



A vereadora Michelly Alencar (União Brasil), presidente da Comissão de Saúde da Câmara Municipal de Cuiabá, manifestou preocupação com o fechamento das salas de acolhimento a mulheres vítimas de violência doméstica, cuja estrutura foi centralizada exclusivamente no Hospital Municipal de Cuiabá (HMC). Segundo a parlamentar, a decisão pegou até o Legislativo de surpresa, já que não houve comunicação prévia sobre a desativação simultânea das duas unidades. Diante da situação, Michelly anunciou que convocará as secretárias Lúcia Helena Barbosa (Saúde), Hadassah Suzannah (Mulher) e Hêlida Viveira (Assistência Social) para prestarem esclarecimentos à comissão. Ela criticou a possibilidade de transferir o atendimento psicológico para as Unidades Básicas de Saúde (UBS), classificando a medida como um retrocesso diante da sobrecarga já enfrentada pelas UBSs. Para a vereadora, a mudança parece ser fruto de uma falha grave na comunicação e requer explicações claras e urgentes, especialmente frente aos alarmantes dados que apontam mais de 11 mil casos de violência doméstica registrados apenas em 2024 na capital.

“Pessoas vão para pedir atestado”



O prefeito de Cuiabá, Abílio Brunini (PL), usou as redes sociais na última sexta-feira (23) para denunciar o uso inadequado das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e Policlínicas da capital. Em vídeo gravado na UPA do Jardim Leblon, Abílio mostrou os corredores praticamente vazios e afirmou que, apesar da baixa procura nas sextas-feiras, as unidades ficam lotadas às segundas. O prefeito apresentou gráficos com dados do mês de maio, que evidenciam um aumento expressivo de atendimentos no início da semana, especialmente por pessoas em busca de atestados médicos. “Esse comportamento prejudica demais o atendimento de quem está ali por necessidade real”, criticou. Ele destacou que o uso indevido do serviço compromete o sistema de saúde, ainda que reconheça a relevância e a demanda legítima enfrentada pelas unidades.

Sérgio Ricardo - Presidente do Tribunal de Contas

Do lixo aos radares: presidente do TCE explica as iniciativas para melhorar a gestão em Mato Grosso

Em uma entrevista, o presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE), Sérgio Ricardo, abordou diversos temas de relevância para a gestão pública e a fiscalização dos recursos estaduais e municipais.

Durante a conversa, o presidente do TCE detalhou projetos de fiscalização e auditoria em andamento, como a auditoria sobre os radares em Cuiabá e Várzea Grande, as denúncias de irregularidades no processo de aplicação de multas, e a atuação do Tribunal em questões fundamentais como a gestão do lixo e os aterros sanitários em Mato Grosso. Além disso, Sérgio Ricardo expôs a nova proposta do TCE de atuar de forma mais propositiva, levando orientações e sugestões aos gestores públicos nos polos regionais, especialmente nas regiões mais carentes do estado.

A entrevista também abordou a importância de uma gestão pública eficaz, a necessidade de transparência na aplicação de recursos e a colaboração entre as instituições para garantir o bem-estar da população. Em um momento crucial para o estado, o presidente do TCE reafirma seu compromisso com a fiscalização e com a busca por soluções que atendam às necessidades da sociedade, sempre com foco no uso responsável e ético dos recursos públicos.

“Radares fiscalizados, aferidos e instalados em pontos estratégicos, não foi o Ministério Público quem determinou quais são esses pontos”

Da Redação

Centro Oeste Popular - Presidente, o senhor mencionou que o Tribunal de Contas pretende atuar de forma mais propositiva, sugerindo e orientando os gestores públicos nos polos regionais. De que forma o Tribunal pretende garantir que essas orientações resultem em ações concretas por parte dos municípios, especialmente nas regiões mais carentes como a Baixada Cuiabana?

Sérgio Ricardo - Veja, na semana passada recebi, no Tribunal, toda a Mesa Diretora da Câmara de Cuiabá. Faremos isso, o Tribunal também fará isso, com todas as Câmaras de Vereadores, porque estamos elaborando um plano, um projeto, para promover discussões em polos. Serão 12 polos, nos quais iremos debater, sugerir, orientar e chamar os representantes para discutir a situação de cada um deles. A primeira reunião, o primeiro polo, será na Baixada Cuiabana.

Estamos, portanto, discutindo com a Câmara de Cuiabá e discutiremos também com as demais Câmaras da Baixada Cuiabana a realidade de cada município e região. Nossos dados indicam que, atualmente, só em Cuiabá e Várzea Grande existem aproximadamente 100 favelas. Temos informações de que pessoas estão abandonando suas casas, vendendo-as e se mudando para essas áreas, ou seja, as favelas estão se formando e crescendo.

Precisamos discutir, por exemplo, como está a agricultura familiar na Baixada Cuiabana e quais são as alternativas para os municípios mais pobres, a Baixada Cuiabana é uma região carente. Como esses municípios e seus gestores irão lidar com o crescimento e o desenvolvimento diante dessas dificuldades?

Quando fui deputado, propus a criação da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, composta por 13 municípios. A intenção já era essa: promover a gestão compartilhada entre municípios que enfrentam os mesmos problemas, educação, saúde, segurança, emprego e oportunidades.

Essa é a proposta: discutir com as Câmaras. Quem faz política partidária é o gestor, o agente político. Mas o Tribunal de Contas, como instituição fiscalizadora do uso dos recursos públicos, quer contribuir. As discussões têm o objetivo de dialogar, sugerir, orientar e participar. O Tribunal de Contas é um órgão que participa da política de Estado, não da política de Governo. No âmbito da gestão, o Tribunal fiscaliza. Mas nós, enquanto agentes públicos, também temos o dever de debater O desenvolvimento do Estado de Mato Grosso. E eu sempre digo o seguinte: quem está falando aqui, em primeiro lugar, é o morador de Cuiabá, Sérgio Ricardo; é o cidadão mato-grossense, Sérgio Ricardo; é um habitante deste Estado. Por isso, discuto as questões importantes para os cidadãos. E, por acaso, neste momento, sou conselheiro e presidente do Tribunal de Contas. Faço com que o Tribunal cumpra o seu papel, não se trata apenas de um favor. Cabe ao Tribunal levantar essas discussões. Afinal, é o Tribunal de Contas quem fiscaliza a destinação dos recursos públicos. Essa é a discussão que estamos iniciando.

Centro Oeste Popular - Conselheiro, o senhor mencionou denúncias de duplicação e até fabricação de multas por parte das empresas responsáveis pelos radares. Caso essas irregularidades sejam comprovadas, que medidas o Tribunal de Contas pretende adotar para responsabilizar os envolvidos e garantir a restituição dos valores indevida-

mente cobrados dos cidadãos?

Sérgio Ricardo - Bom, com relação aos radares, já iniciamos uma auditoria em Cuiabá e Várzea-Grande. Eu, Sérgio Ricardo, agente público, quando fui vereador, deputado e também como jornalista, sempre fui crítico da forma como essa questão tem sido conduzida, uma verdadeira indústria de multas. Sempre foi assim.

A auditoria irá verificar onde estão instalados os radares, com que frequência é feita a aferição pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia e se essa aferição está sendo devidamente realizada. Da última vez em que combati essa situação, conseguimos desligar os radares, removê-los dos postes, anular as multas e até garantir a devolução do dinheiro para quem já havia pago indevidamente. Tudo isso aconteceu porque os radares estavam instalados de forma irregular, sem aferição e sem fiscalização do INMETRO. Outro ponto importante: o dinheiro arrecadado com multas deve ser obrigatoriamente investido em educação para o trânsito. Existem locais, como em frente a escolas, onde os radares são essenciais para preservar vidas. Nesses casos, é preciso manter, sim, um sistema eficaz de controle e segurança, inclusive com radares.

Mas não como está hoje. Hoje, trata-se de uma indústria de multas, uma forma de captação de recursos, com um sistema de fiscalização e com normativas claras. Sempre foi assim.

O Tribunal de Contas vai verificar o quê? Temos inúmeras denúncias: duplicidade de multas, fabricação de multas, irregularidades graves. A prática dessa indústria é a seguinte: você passa por uma rua com frequência, o sistema, usando inteligência artificial, sabe disso. Eles têm todas as suas informações, inclusive dados do Detran. Sabem sua placa, se você pagou IPVA ou não, onde você mora. E, a partir daí, começam a gerar multas para você.

Essas irregularidades partem de onde? Claramente das empresas envolvidas. Mas se há irregularidades e elas continuam acontecendo, é porque há algum tipo de aval. Mas é preciso diferenciar: uma coisa é o MP recomendar a implantação de radares fiscalizados, aferidos, instalados em pontos críticos, como em frente a escolas. Outra coisa é o que está sendo feito hoje. O MP não determinou onde exatamente os radares deveriam estar.

Sou a favor de radares em pontos estratégicos, desde que fiscalizados corretamente. O que o Ministério Público sugere é fiscalização adequada, não esse sistema viciado que temos atualmente.

Portanto, o Tribunal de Contas vai apurar onde está sendo aplicado o dinheiro arrecadado, como estão funcionando esses radares, quantas multas são aplicadas e qual o valor arrecadado mensalmente. Afirmando com convicção: há muitas irregularidades nesse processo. Sei que há duplicações e até fabricação de multas.

Centro Oeste Popular - Presidente, qual empresa será responsável por prestar esse serviço ao TCE, considerando que o órgão não é especializado nessa área?

Sérgio Ricardo - O TCE tem, sim, total condição de fazer esse trabalho. Contamos com técnicos qualificados na área de obras e infraestrutura, dentro da nossa seção de construção. A análise é objetiva: há aferição do INMETRO? Se não houver, o radar já está irregular, pronto, não tem validade.

Outro ponto importante: como foi feita a licitação? Quando conseguimos anular os radares no passado, a primeira coisa que identificamos foi justamente isso, não havia processo licitatório. Queremos saber qual foi o processo utilizado, quais empresas estão envolvidas. Tudo isso o Tribunal tem total capacidade de apurar. O Tribunal de Contas dispõe de uma gerência técnica e de agentes especializados para isso. É uma questão de verificar quanto está sendo faturado, para onde o dinheiro está sendo destinado, e se há cumprimento das normas. Além disso, o INMETRO tem um papel fundamental: precisa fiscalizar e apresentar quem foram os técnicos responsáveis pela aferição dos radares. Essa é uma obrigação que precisa ser cumprida com transparência.

Centro Oeste Popular - Presidente, o atual contrato vence em julho. O TCE vai acompanhar a nova licitação para garantir que essas irregularidades não se repitam?

Sérgio Ricardo - O processo licitatório será acompanhado pelo Tribunal de Contas, que irá verificar o edital. Todas as questões relacionadas aos radares e todos os itens do edital que será utilizado para contratar a nova empresa, após o fim do contrato atual, passarão por essa análise.

No entanto, é na Câmara Municipal que devem ser promovidas as discussões, com a realização de audiências públicas. Tudo isso deve ser feito ouvindo a população de Cuiabá, essa é a sugestão de um cidadão cuiabano. Não sou vereador, sou presidente do Tribunal de Contas. Minha atuação é no sentido de contribuir e colaborar com a Câmara e com todos que vivem em Cuiabá. É com esse propósito que estamos aqui.

Centro Oeste Popular - Nos últimos dois anos, o senhor trabalhou intensamente a questão do lixo no âmbito do TCE. Em que ponto está esse processo? O senhor notificou quase todos os municípios, e hoje Cuiabá enfrenta sérios problemas com a coleta de lixo. As reclamações são constantes. Temos um prefeito que critica a atuação da empresa responsável. Como está a investigação do Tribunal de Contas em relação à empresa Alocar?

Sérgio Ricardo - Veja bem, estamos trabalhando a questão dos aterros sanitários em todo o estado de Mato Grosso. Esse é um processo em andamento, e estamos organizando e acompanhando cada etapa.

No caso específico de Cuiabá, a responsabilidade pela solução é da prefeitura, e cabe ao prefeito resolver a situação, o que certamente acontecerá. É importante destacar que Cuiabá já cumpriu parte de seu papel ao desativar o antigo lixão. Hoje, não existe mais lixão na cidade. Já há uma empresa contratada que realiza a coleta e o processamento do lixo.

Portanto, o município já avançou no cumprimento de suas obrigações. A desativação do lixão foi o primeiro passo, e isso já foi feito. Agora, questões como a quantidade de caminhões disponíveis e possíveis falhas na coleta são de natureza gerencial, de responsabilidade da Prefeitura de Cuiabá.

O papel do Tribunal de Contas é fiscalizar posteriormente, na análise das contas públicas, quanto foi pago, qual foi o contrato firmado, se o processo licitatório foi realizado corretamente e se os pagamentos foram feitos de forma adequada. Essa é a atuação institucional do Tribunal.

APÓS DISPUTAS INTERNAS

Botelho confirma licença em junho defende mudanças no transporte intermunicipal

Além disso, o deputado afirma que será um marco valioso para o estado, apoiar grandes eventos na capital e que trará impactos positivos na economia local

■ Ana Carolina Guerra | Da Redação

Uma disputa entre suplentes agitou os bastidores da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) nos últimos dias. Para evitar um agravamento do conflito, os deputados estaduais Eduardo Botelho e Júlio Campos, ambos do União Brasil, decidiram adiar a licença parlamentar para o dia 15 de junho.

Segundo Botelho, a mudança foi necessária para amenizar o clima de tensão causado pela disputa interna entre suplentes que almejavam assumir temporariamente as cadeiras no Legislativo. Com o novo acordo, Xuxu Dal Molin e Baiano Filho devem ser os substitutos oficiais durante o afastamento dos titulares. A medida visa garantir estabilidade institucional e evitar embates políticos durante o período.

Durante entrevista, Botelho também comentou o projeto de reorganização do transporte intermunicipal em Mato Grosso. A proposta — que havia sido modificada em 2022 para permitir a atuação de mais de duas em-



Foto: ALMT

Segundo Botelho, a mudança foi necessária para amenizar o clima de tensão causado pela disputa interna entre suplentes que almejavam assumir temporariamente as cadeiras no Legislativo

presas por região — retorna ao modelo anterior, limitando a concessão a dois prestadores por área. De acordo com o parlamentar, a alteração atende a uma recomendação da Agência Estadual de Regulação (AGER), baseada em estudos que apontam a inviabilidade econômica e o aumento no valor das passagens em regiões com excesso de concorrência.

“Esse projeto foi elaborado com base em um pedido e estudo feito pela AGER. Quando se permite a atuação de mais de duas empresas na mesma região, o sistema se torna inviável e o custo das passagens aumenta”, explicou Botelho.

Além do transporte regular, o projeto também prevê alterações no transporte tu-

ristico, passando a exigir locais e rotas pré-definidas para embarque e desembarque. A intenção, segundo o deputado, é aumentar a segurança dos passageiros e valorizar as empresas que atuam legalmente no setor.

Outro tema abordado foi a audiência pública realizada no município de Jangada, que discutiu o novo traçado da BR-163. Botelho afirmou que a alternativa considerada mais viável será adotada: o trajeto de ida será desviado para fora da cidade, enquanto o retorno seguirá por dentro do perímetro urbano. A proposta, segundo ele, trará menos transtornos à população e reduzirá o número de indenizações e desapropriações.

Em um momento mais descontraído, o deputado também comentou a possibilidade de o governo estadual apoiar financeiramente a realização de um show da banda Guns N' Roses em Cuiabá, no Parque Mato Grosso. Segundo ele, eventos de grande porte são estratégicos para o fomento ao turismo e impulsionam setores como comércio e hotelaria.

“Acredito que essa é uma grande oportunidade para mostrar Mato Grosso ao país e atrair grandes eventos. Esse é o objetivo do Parque Mato Grosso. Se não trouxermos campeonatos e atrações de peso, o espaço corre o risco de virar uma obra sem função. Queremos que ele dê resultado, que movimente o turismo, o comércio e os hotéis”, destacou o parlamentar.

Botelho ainda revelou que já está sendo organizado um novo evento de motocross, que deve atrair grande público e lotar praticamente todos os hotéis da região, reforçando o potencial do espaço como polo de eventos e motor da economia local.

DENÚNCIAS E INVESTIGAÇÕES

Deputado Lúdio Cabral cobra rigor na apuração de fraudes e alerta sobre endividamento de servidores públicos

Parlamentar apresenta requerimentos para investigar denúncias contra operadoras de crédito consignado e cobra transparência sobre possível envolvimento do governo em caso ligado à empresa Oi



Foto: ALMT

Durante coletiva de imprensa, o deputado aproveitou para comentar a decisão do governo estadual de suspender novos contratos de empréstimos consignados e chamou atenção para a gravidade da situação enfrentada por servidores públicos

■ Ana Carolina Guerra | Da Redação

O deputado estadual Lúdio Cabral (PT) afirmou que a Assembleia Legislativa de Mato Grosso deve atuar com atenção e rigor diante das denúncias de possível envolvimento do governo estadual em processos ligados à empresa Oi. Segundo ele, foi apresentado um requerimento solicitando documentos à Secretaria de Fazenda (Sefaz) e à Procuradoria-Geral do Estado (PGE) para apurar a situação.

“Apresentamos um requerimento pedindo todos os documentos referentes aos processos administrativos em trâmite na Sefaz e na PGE sobre esse tema, para que possamos averiguar e identificar eventuais ilegalidades”, afirmou o parlamentar.

Cabral também destacou que, paralelamente à atuação do Poder Judiciário, a Assembleia pode lançar mão de instrumentos próprios, como a convocação de secretários, conforme o desenrolar dos fatos.

Durante coletiva de imprensa, o deputado aproveitou para comentar a decisão do governo estadual de suspender novos contratos de empréstimos consignados e chamou atenção para a gravidade da situação enfrentada por servidores públicos, especialmente aposentados. Ele informou já ter apresentado dois requerimentos solicitando informações detalhadas sobre os contratos, com destaque para a atuação da empresa Capital Consignados, apontada como foco da maioria das denúncias de irregularidades.

Segundo Lúdio, muitos servidores estão com mais da metade de sua renda comprometida, o que tem agravado a situação financeira de forma insustentável. Para ele, é fundamental que a Assembleia atue na criação de limites mais rígidos para a contratação de consignados, além de buscar articulações para renegociar coletivamente dívidas dos servidores com taxas de juros mais justas.

“Queremos a convocação do secretário. Precisamos de todas as informações: quais instituições estão operando, qual é o valor total dos consignados no Estado, quantos servidores estão endividados e qual percentual da remuneração está comprometido. Isso é necessário para instituímos uma trava”, pontuou.

O parlamentar também defendeu que a Assembleia retome o diálogo com os servidores e suas entidades representativas, com o objetivo de construir medidas que evitem novas fraudes e ofereçam soluções eficazes para os problemas financeiros enfrentados pelo funcionalismo público. Ele mencionou já ter conversado com o secretário Basílio Bezerra e aguarda o agendamento de uma convocação para tratar do tema no parlamento.

Por fim, Lúdio Cabral lembrou que a CPI dos Consignados, realizada em 2018, apresentou diversas recomendações que não foram implementadas, como a limitação do acesso ao crédito consignado. Ele defende que o limite atual de 60% da remuneração seja reduzido para no máximo 30%, como forma de conter o agravamento do endividamento entre os servidores.

ESPAÇO DA MULHER

Dra. Mara critica fechamento de atendimento a mulheres vítimas de violência nas UPAs e cobra ação da prefeitura



Foto: Câmara de Cuiabá

■ Lucas Leite | Da Redação

A vereadora Dra. Mara manifestou preocupação com a retirada do atendimento especializado para mulheres vítimas de violência das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) em Cuiabá. Segundo denúncias recebidas pela parlamentar, o serviço foi transferido para o Hospital Municipal de Cuiabá (HMC), que, por não ser porta aberta, pode dificultar o acesso das vítimas ao suporte emergencial e humanizado.

“Nenhuma mudança que venha a diminuir qualquer atendimento à mulher, principalmente no momento crítico que estamos vivendo de alta violência, é bem-vinda”, afirmou a vereadora.

Para Dra. Mara, a retirada do serviço das UPAs representa um retrocesso. “A gente não pode estar fechando salas de atendimento nem transferindo para locais que não tenham o devido cuidado com as vítimas nesse momento tão delicado”, reforçou. A parlamentar lembra que a Câmara Municipal aprovou uma lei garantindo atendimento prioritário às mulheres vítimas de violência nas unidades de saúde, o que pode estar sendo descumprido com a medida adotada pela Prefeitura.

A vereadora enfatizou que a mudança exige uma fiscalização rigorosa, não apenas por parte dos vereadores, em especial da bancada feminina, mas também da sociedade. “Devemos ter esse devido cuidado para evitar tragédias maiores. A prevenção é o caminho para proteger nossas mulheres”, afirmou.

Dra. Mara ainda questionou como se dará esse atendimento no HMC, já que a unidade

hospitalar não tem porta aberta para urgências espontâneas, diferentemente das UPAs. “Não recebi informações claras do prefeito sobre como será feito esse atendimento. Espero que essa mudança não seja para piorar, porque qualquer redução no acolhimento das mulheres é um prejuízo social enorme”, disse.

Durante a entrevista, a vereadora também comentou um problema recorrente em sua atuação parlamentar: líderes comunitários estariam tomando para si indicações feitas por seu gabinete, muitas vezes sem o conhecimento dos moradores.

“Com os vereadores eu não tenho problema. Por incrível que pareça, quem tem tomado a frente são líderes comunitários, que se apresentam como representantes de certos vereadores e acabam se apropriando de ações e demandas que não partiram deles”, explicou. Ela afirmou que, apesar disso, segue com sua atuação firme nos bairros, atendendo a população independentemente de questões eleitorais.

Ao final da entrevista, Dra. Mara também opinou sobre o recente decreto do governo federal que proíbe cursos de Direito e Medicina totalmente à distância. Advogada por formação, ela apoiou a decisão, destacando a importância da prática presencial.

“A experiência humana, o contato com o preso no Direito ou com o paciente na Medicina, não pode ser substituída por uma tela. Existem conhecimentos que exigem presença, sensibilidade e vivência real”, afirmou, reforçando que a qualidade na formação deve estar acima da comodidade tecnológica.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Lei sancionada por Mauro Mendes aplica multa de R\$ 5 mil para quem jogar lixo em espaços públicos de Mato Grosso

Nova norma prevê punição para pessoas físicas e empresas; denúncias poderão render recompensa ao cidadão por meio do app MT Cidadão

■ Da Redação

O governador de Mato Grosso, Mauro Mendes (União Brasil), uma nova lei que estabelece multa de R\$ 5 mil para quem for flagrado jogando lixo em espaços públicos no estado. A medida visa coibir o descarte irregular de resíduos em ruas, praças e áreas comuns, e deve começar a valer nos próximos dias, com a regulamentação das diretrizes de execução.

Aprovada pela Assembleia Legislativa nesta semana, a lei é de autoria do próprio Executivo estadual e tem como foco tanto pessoas físicas quanto jurídicas que insistem em descartar resíduos de forma irresponsável.

“Além de poluir o meio ambiente, essa prática deixa os espaços com mau cheiro e aspecto sujo, além de entupir bueiros e ocasionar enchentes. A grande maioria da população cuida dos espaços públicos, mas ainda há pessoas e empresas que insistem em jogar lixo nas ruas, e isso prejudica a todos”, afirmou o governador durante a sanção.

Abrangência da lei

De acordo com o texto sancionado, a penalidade será aplicada a quem descartar qualquer tipo de lixo — seja resíduo sólido, orgânico ou inorgânico — de origem doméstica, comercial, industrial, hospitalar ou especial.

Foto: Mayke Toscano/Secom MT



“É uma medida que une punição e incentivo à responsabilidade coletiva”, reforçou Mauro Mendes

Além da multa de R\$ 5 mil, os infratores também poderão ter equipamentos, veículos ou instrumentos utilizados na infração apreendidos. Se o descarte for feito de dentro de um veículo, a multa será aplicada ao CPF do condutor, que ainda perderá o direito de obter desconto no IPVA.

Denúncia com recompensa

Uma das inovações da lei é a possibilidade de denúncia com premiação ao cidadão. Através do aplicativo MT Cidadão, que já está em fase de testes, qualquer pessoa poderá registrar uma ocorrência de descarte irregular de li-

xo. Caso a denúncia seja confirmada, o denunciante poderá receber até 20% do valor da multa aplicada, com a identidade preservada.

Educação ambiental

Todo o valor arrecadado com as multas será revertido para ações de educação e conscientização ambiental, além de programas de recuperação de áreas degradadas em Mato Grosso.

“É uma medida que une punição e incentivo à responsabilidade coletiva. Queremos cidades mais limpas e uma população mais consciente do impacto do descarte de lixo no meio ambiente e na qualidade de vida”, reforçou Mauro Mendes.

A regulamentação da nova lei deverá ser publicada pelo Governo do Estado nos próximos dias, com detalhes sobre fiscalização, prazos de pagamento, critérios para as denúncias via aplicativo e o processo de defesa dos autuados.

PENALIDADES INJUSTAS

Vereador Dilemário Alencar cobra fim da “indústria da multa” e defende nova fiscalização eletrônica em Cuiabá

Parlamentar aponta irregularidades em radares, pede auditoria do TCE e propõe mudanças no contrato que vence em julho

■ | Lucas Leite | Da Redação

O vereador **Dilemário Alencar** voltou a criticar, nesta semana, o modelo atual de fiscalização eletrônica em Cuiabá, que segundo ele alimenta uma “indústria da multa” com radares instalados em locais estratégicos para gerar penalidades injustas. O parlamentar afirma que diversos equipamentos funcionam sem temporizadores, com má sinalização e até sem aferição do Inmetro.

Em entrevista, Dilemário afirmou que o contrato com a empresa responsável pela operação dos radares, assinado durante a gestão do ex-prefeito Emanuel Pinheiro, vence no próximo dia 7 de julho. A expectativa, segundo ele, é que a atual administração, comandada por Abílio Brunini (PL), faça uma reformulação completa no sistema.

“O prefeito já me chamou para conversar e me deu a missão de apontar os radares que podem ser removidos. A promessa é implantar uma fiscalização honesta, com sinalização adequada e respeito ao cidadão”, afirmou o vereador.

Entre os pontos destacados como problemáticos, Dilemário citou o radar instalado na Avenida Dom Bosco com a Comandante Costa, onde há limite de 30 km/h em plena subida, sem visibilidade adequada. Ele também criticou a ausência de temporizadores nos semáforos com radar — como ocorre na Avenida Miguel Sutil, próximo ao supermercado Comper — o que, segundo ele, transforma os dispositivos em “arapucas”.

Auditoria e multas questionáveis

O vereador também defende a auditoria dos radares, anunciada pelo presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Sérgio Ricardo, e disse que convidou o conselheiro para explicar os detalhes do processo em audiência na Câmara.



Foto: Câmara de Cuiabá

“Solicitei em 2023 e 2024 a relação de aferições dos radares pela CEMOB, e nunca recebi resposta concreta. Há suspeita de que alguns equipamentos estejam funcionando fora da validade ou sem aferição alguma”, afirmou.

Dilemário acredita que a auditoria pode apontar falhas técnicas e até permitir a anulação de multas consideradas indevidas, com eventual devolução de valores aos motoristas penalizados.

Estacionamento rotativo também na mira. Além da fiscalização eletrônica, o vereador também comentou sobre os trabalhos da CPI do Estacionamento Rotativo, que apura falhas na execução do contrato com a empresa que opera as vagas pagas no Centro da capital.

Entre as mudanças defendidas estão:

- Cobrança fracionada de créditos de estacionamento, como já ocorre em outras capitais;
- Tolerância de 10 a 15 minutos para paradas rápidas;
- Fiscalização das obras de revitalização prometidas pela empresa no Centro Histórico.

“Queremos um modelo justo tanto para o trânsito quanto para o estacionamento. A CPI vai apresentar caminhos e cobrar que os contratos cumpram seu papel social”, concluiu.

PREVENINDO

Rafael Ranalli propõe projeto para barrar atendimentos com "bebê reborn" em unidades de saúde de Cuiabá

Vereador diz que medida é preventiva diante de “febre das redes sociais” e reforça necessidade de atendimento psiquiátrico em casos assim

■ | Lucas Leite | Da Redação

O vereador **Rafael Ranalli (PL)** apresentou um projeto de lei polêmico na Câmara de Cuiabá que busca proibir atendimentos médicos a pessoas que tentem utilizar bonecos, como os chamados "bebês reborn", para obter prioridade em filas do sistema de saúde. A proposta, segundo o parlamentar, é preventiva, já que até o momento não há registro de casos do tipo na capital mato-grossense.

“A gente vive numa febre de rede social. Já vi mulher com boneco dizendo que o filho está passando mal. Isso não pode virar moda em Cuiabá. Se acontecer, que a pessoa seja encaminhada para avaliação psiquiátrica”, justificou o vereador em entrevista.

Ranalli criticou o que chamou de “normalização da loucura” nas redes sociais, dizendo que casos assim podem prejudicar o cidadão que realmente precisa de atendimento. Segundo ele, médicos e enfermeiros que se prestarem a esse tipo de atendimento também poderão ser responsabilizados.

Críticas e preocupações com o debate público

O projeto, embora inusitado, reacendeu o debate sobre o limite entre o cuidado com a saúde mental e o risco de discriminação. Questionado sobre a possibilidade de o projeto incitar violência ou preconceito contra mulheres que apresentem distúrbios psicológicos, Ranalli negou. “Muito pelo contrário. Se propomos que a pessoa vá para avaliação psiquiátrica, é porque estamos tendo cuidado. Se fosse só chamar segurança, não seria humanizado”, argumentou.

Ele também criticou a cobertura exagerada de temas nas redes sociais, que, segundo ele, desviam o foco de problemas mais graves enfrentados pela população, como a crise na saúde pública e o fechamento de alas de atendimento às mulheres vítimas de violência nas UPAs.



Foto: Lucas Leite

“Enquanto estão discutindo boneco de borraça, tem mulher sendo espancada sem atendimento adequado. Mas como a internet pauta tudo, precisamos colocar o posicionamento claro para não virar palhaçada em Cuiabá”, disse.

O vereador aproveitou para listar outros temas de sua atuação na Câmara, como a defesa da Santa Casa, o combate ao jogo online promovido por influenciadores e a cobrança por melhorias em serviços públicos essenciais.

Ele criticou o aumento das tarifas da Águas Cuiabá, os problemas no abastecimento de água e o abandono de obras de mobilidade, como o BRT.

“Não é só sobre bebês reborn. Já apresentei mais de 35 projetos, estou em cima da Santa Casa, do BRT, da Águas Cuiabá. Mas o tempo é curto e a cidade tem muitos problemas”, afirmou.

Ranalli também disse que irá fiscalizar o atendimento às mulheres vítimas de violência, destacando que o prefeito Abílio Brunini (PL), seu aliado político, tem sensibilidade com a pauta.

“Sou a favor de atenção especial às mulheres em situação de vulnerabilidade. Essa é uma pauta constante nesta Casa e temos que reforçá-la sempre”, concluiu.



Fraxe Quem tem fé tem tudo. Vó Maria José Matos



DJ AGHAVE E PACHA ANA

Movimento leve, potente e necessário! A Pequena África de Cuiabá pulsou ancestralidade neste fim de semana, reunindo vozes, ritmos e saberes de artistas negros e indígenas em uma celebração viva da nossa herança cultural. O evento reafirma a importância da valorização patrimonial e da economia criativa como caminhos para fortalecer memórias, identidades e resistências. Um encontro que honra o passado e planta futuro com alegria, beleza e pertencimento!



MARCELO PASSOS



JUIZA RENATA EVARISTO TJMT E SILVIANE RAMOS



MANOEL SILVA, PRESIDENTE DO CEPir MT



SHIRLEY BLACK



GRUPO SASMENINA



SILVIANE RAMOS E A VEREADORA KATIUSCIA MANTELLI (PSB)



ESTA COLUNISTA GIULIANA E SUA FILHA PAOLA ALTIMARI



VIOLONISTA JHONATAN



KEIKO OKAMURA, LAURA ABREU, LUCIENE CEPir DE N.S.DO LIVRAMENTO, KARLA OLIVEIRA, PEDRO REIS DO SENEG E DANI SOUZIEF



GRUPO DE SIRIRI



FEIRA DAS POTÊNCIAS NEGRAS CRIATIVAS



GRUPO AFRO SOM

ACOLHIMENTO FEMININO

Secretaria da Mulher tem destaque estadual com mais de 84 mil atendimentos em quatro anos de fundação

Criada para promover igualdade de gênero e combater a violência doméstica, pasta é pioneira em iniciativas que hoje integram legislações federais e serviços do SUS em todo o país

Ana Carolina Guerra | Da Redação

A Secretaria Municipal da Mulher de Cuiabá, primeira e única no estado de Mato Grosso, completou quatro anos de atuação, reforçando seu protagonismo na construção de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade de gênero, combate à violência doméstica e valorização feminina. A celebração marca o momento em que a equipe técnica especializada foi oficialmente nomeada pelo ex-prefeito Emanuel Pinheiro, consolidando uma estrutura que, desde então, se tornou referência em todo o país.

O espaço foi criado por meio da Lei nº 6.493, de 30 de dezembro de 2019, e aberto ao público oficialmente em 30 de maio de 2020. Desde então, já contabiliza mais de 84 mil atendimentos em diversas frentes. A equipe é formada por 22 servidores que atuam na execução de políticas públicas e projetos contínuos voltados às mulheres cuiabanais.

Entre os destaques da gestão anterior está o Programa Qualifica Mulher, coordenado em parceria com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência. O programa se tornou uma das maiores ações de qualificação profissional voltadas para mulheres já realizadas na capital. Já atendeu mais de 7,3 mil pessoas — sendo mais de 85% mulheres — por meio de 40 cursos distribuídos em cinco áreas diferentes. Em uma dessas parcerias, a pasta capacitou 150 mulheres para atuarem na



Foto: Secom/Cuiabá

Com o objetivo de acolher as mulheres, durante a celebração dos 306 anos de Cuiabá, a Secretaria da Mulher promoveu um Feirão de Empregos exclusivo para o público feminino

área de hotelaria, atendendo à demanda da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Mato Grosso (ABIH-MT).

Além desse projeto, o Programa de Auxílio aos Órfãos do Femicídio vem se destacando. Criado em Cuiabá, ele inspirou a Lei Federal nº 976/2022, sancionada pelo presidente Lula. A iniciativa garante pensão mensal de até um salário mínimo para crianças e adolescentes de até 18 anos que perderam suas mães vítimas de feminicídio. Atualmente, mais de 17 jovens são beneficiados, com acompanhamento terapêutico individualizado para eles e seus familiares.

Também originária de Cuiabá é a política pública do Espaço de Acolhimento da Mulher, que oferece atendimento a vítimas de violência doméstica dentro de unidades públicas de saúde. A ação pioneira teve início no Hospital Municipal de Cuiabá e foi expandida com a inauguração de uma segunda unidade na UPA do bairro Verdão. Com mais de 25 mil atendimentos já reali-

zados, o serviço conta com profissionais das áreas médica, psicológica, psiquiátrica, jurídica e social. Em 2023, a iniciativa foi reconhecida nacionalmente com a promulgação da Lei nº 221/23, que obriga sua implementação em todo o Sistema Único de Saúde (SUS).

A política de conscientização também é um eixo central da Secretaria. Em 2023, mais de 50 ações de sensibilização foram realizadas, como palestras, blitz educativas, rodas de conversa e a tradicional “Caminhada Cuiabá Contra o Femicídio”, que reuniu mais de mil pessoas nas ruas da capital para chamar a atenção sobre a violência contra as mulheres.

Além dessas unidades de apoio e acolhimento, a capital mato-grossense também conta com a Casa de Amparo, que se tornou referência no estado ao oferecer suporte psicológico e abrigo para mulheres em situação de vulnerabilidade. Com quase dez anos de existência, a casa passou por ampla revitalização, com apoio de diversas ins-

SOLIDARIEDADE EM ALTA

Mato Grosso se destaca com aumento de 24% nas doações de leite para prematuros em comparação ao ano passado

Com inúmeros casos de bebês prematuros que precisam da amamentação materna, o estado vem ampliando ações de promoção à amamentação e destacando a importância do ato e o quanto pode salvar vidas

Ana Carolina Guerra | Da Redação

A rede mato-grossense de Bancos de Leite Humano, coordenada pela Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT), registrou um crescimento expressivo nos atendimentos e na doação de leite humano no primeiro trimestre de 2025. O número de bebês prematuros atendidos aumentou 24% em relação ao mesmo período do ano anterior. Entre janeiro e março deste ano, 401 recém-nascidos foram beneficiados, frente a 324 em 2024.

O volume de leite doado também apresentou alta. Foram coletados cerca de 763 litros por 578 mulheres em seis unidades de coleta espalhadas pelo estado, o que representa um aumento de 8% na quantidade de leite captado e de 19% no número de doadoras, em comparação com o ano anterior. Já o leite distribuído para os recém-nascidos internados nas unidades hospitalares cresceu 22%, passando de 444 litros para 542 litros.

As ações de apoio à amamentação também foram intensificadas nas unidades de saúde. No primeiro trimestre, foram realizados 3.414 atendimentos individuais e 161 atendimentos em grupo. O número de visitas domiciliares para a coleta de leite doado, prática semanal das equipes, também aumentou: de 600 em 2024 para 654 neste ano — um crescimento de 9%.

Foto: Getty Images



As ações de apoio à amamentação também foram intensificadas nas unidades de saúde. No primeiro trimestre, foram realizados 3.414 atendimentos individuais e 161 atendimentos em grupo

Para garantir a qualidade do leite doado, a rede estadual realizou 8.185 análises laboratoriais, incluindo exames microbiológicos, de acidez Dornic e crematócrito, que avalia o teor calórico do leite humano pasteurizado. Esses testes são essenciais para assegurar que o alimento oferecido aos bebês internados esteja livre de contaminações e com propriedades nutricionais adequadas.

Atualmente, quatro hospitais em Mato Grosso contam com Bancos de Leite Humano (BLH): Hospital Geral e Hospital Universitário Júlio Muller, em Cuiabá; Santa Casa de Rondonópolis; e Hospital São Lucas, em Lucas do Rio Verde. Com o objetivo de ampliar o acesso ao leite humano pasteurizado, a SES-MT desenvolve ações para sensibilizar hospitais com maternidades sobre a importância de instalar postos de coleta. Já as unida-

des com UTIs neonatais são orientadas a implantar Bancos de Leite Humanizado.

Durante o mês de maio, em alusão ao “Maio Branco” — que celebra o Dia Internacional de Sensibilização do Método Canguru, o Dia Mundial de Doação de Leite Humano e o Dia Mundial de Proteção da Amamentação — o estado promove mais de 50 ações. A mobilização inclui rodas de conversa, campanhas de doação, palestras para gestantes e puérperas, oficinas educativas e atividades de sensibilização sobre a Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes (NBCAL). O município de Sinop lidera em número de atividades, seguido por Cuiabá, Rondonópolis e Lucas do Rio Verde.

Além disso, o movimento busca ampliar estratégias como o método canguru — técnica de con-

tatições dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Hoje, o espaço de 608 m² conta com nova mobília e infraestrutura adequada, incluindo brinquedoteca, academia ao ar livre, horta, seis quartos e ambientes terapêuticos.

A pasta ainda lidera ações de combate à pobreza menstrual por meio do programa Cuiabá Por Elas, que já arrecadou e distribuiu mais de 7,3 mil absorventes para comunidades e instituições em situação de vulnerabilidade. A ação precedeu o Programa Nacional de Dignidade Menstrual, que agora garante, via SUS, o acesso gratuito a absorventes para mulheres em situação de pobreza extrema.

Com o objetivo de acolher as mulheres, durante a celebração dos 306 anos de Cuiabá, a Secretaria da Mulher promoveu um Feirão de Empregos exclusivo para o público feminino, oferecendo mais de 300 vagas em áreas como almoxarifado, analista de vendas, atendente de loja, auxiliar de cozinha, costureira, camareira, operadora de caixa, recreadora infantil e funções de liderança.

A iniciativa conta com o apoio de importantes parceiros, como a CDL Cuiabá, Abrasel, ABIH, Secretaria de Agricultura e Trabalho, Sine Municipal, Shopping Estação, Grupo Pereira, Grupo Solar Coca-Cola, ACCuiabá, Infinity Assessoria Empresarial, Grupo Moveup e Shopping Pantanal. Os currículos podem ser enviados pelos números de WhatsApp: (65) 98455-0981 e (65) 99917-7739.

Além das vagas, a Secretaria oferece cursos gratuitos de qualificação profissional em parceria com o Senac, com inscrições abertas para os cursos de Qualidade no Atendimento, Preparo e Vendas de Hambúrguer Artesanal e Técnicas de Chocolataria. A iniciativa visa ampliar o acesso ao mercado de trabalho e fortalecer a autonomia financeira das mulheres cuiabanais.

Sob a liderança da tenente-coronel Haddash Suzannah, a Secretaria da Mulher segue como um dos pilares da gestão municipal. Em quatro anos de existência, a pasta se consolida como modelo de políticas públicas voltadas à promoção da dignidade, inclusão e proteção das mulheres em Cuiabá.

tato pele a pele entre pais e bebês prematuros, comprovadamente eficaz na recuperação neonatal. Também se destacam iniciativas como o “mamaço”, mobilizações públicas de mulheres que amamentam, com a doação de frascos de vidro com tampa plástica para armazenamento de leite, além da exibição de filmes educativos, que integram a programação estadual.

No âmbito nacional, o Ministério da Saúde divulgou, durante o evento Pré-COP30 em Belém (PA), os números de 2024: 193 mil lactantes foram responsáveis pela doação de mais de 245 mil litros de leite humano, beneficiando cerca de 219 mil recém-nascidos prematuros em UTIs neonatais de todo o país. A campanha nacional “Doação de Leite Humano: um gesto humanitário que alimenta esperança” reforça o papel do leite materno na redução da mortalidade infantil e no cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 3 — Saúde e Bem-Estar.

A Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano, considerada referência mundial, conta atualmente com 237 unidades em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. O Brasil possui a maior e mais complexa rede do tipo no mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

No contexto das mudanças climáticas, a amamentação também tem sido destacada como uma prática sustentável. Um exemplo da força da mobilização nacional foi o Rio Grande do Sul, que em 2024, mesmo diante da crise climática causada por enchentes, conseguiu coletar 768 litros de leite humano em apenas 24 horas para atender bebês afetados pelo desastre.

O leite humano é essencial para bebês prematuros e de baixo peso, por ser mais fácil de digerir, fornecer proteção imunológica e reduzir significativamente o risco de infecções e complicações. A doação de leite salva vidas e representa um compromisso coletivo com a saúde pública, a solidariedade e a sustentabilidade.

Acesse:
www.copopular.com.br

FOREST FIRE

Mato Grosso sedia Congresso Internacional de Gestão de Incêndios Florestais

Evento com iniciativa do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso (CBMMT), com o apoio do Governo do Estado

Da Redação

Reconhecido como referência nacional no combate aos incêndios florestais, o estado de Mato Grosso será palco do Forest Fire – Congresso Internacional de Gestão de Incêndios Florestais, que acontecerá entre os dias 16 e 18 de junho, em Cuiabá. As inscrições já estão abertas e podem ser feitas pelo site: www.forestfire.com.br.

O evento é uma iniciativa do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso (CBMMT), com o apoio do Governo do Estado, e se destaca como um dos primeiros do gênero no país. O congresso reunirá especialistas de dez países para debater a gestão integrada de incêndios florestais, com foco na preservação dos ecossistemas e na proteção das comunidades.

A programação internacional contará com representantes de Portugal, Estados Unidos, Canadá, México, Nova Zelândia, Espanha, Chile, Irlanda e França, além do Brasil. Essa presença reforça a importância do congresso como um espaço estratégico de intercâmbio técnico, cooperação interinstitucional e alinhamento de boas práticas globais na prevenção e combate a incêndios.

O congresso reunirá ainda pesquisadores, acadêmicos, bombeiros militares e civis, brigadistas florestais, gestores ambientais, produtores rurais, representantes do agronegócio e profissionais de diversas áreas ligadas ao manejo e controle de incêndios florestais.

Para o comandante-geral do CBMMT, coronel BM Flávio Glêdson Vieira Bezerra, o evento representa um avanço importante na consolidação da cooperação internacional e no atri-



O bioma Pantanal, em especial, exige atenção redobrada devido à sua elevada vulnerabilidade e à importância de sua biodiversidade

moramento das estratégias integradas de enfrentamento aos incêndios.

“Esse congresso é uma oportunidade valiosa para trocarmos experiências, conhecermos novas tecnologias e aperfeiçoarmos nossas práticas operacionais. Mato Grosso tem se destacado nacionalmente na atuação contra incêndios florestais, e sediar um evento dessa magnitude reforça o nosso compromisso com a sustentabilidade e a proteção ambiental”, destacou o coronel Glêdson.

O comandante também ressaltou a relevância do envolvimento de diversos setores da sociedade, especialmente durante o período de estiagem, quando os olhos do país se voltam para os biomas Pantanal, Amazônia e Cerrado, que compõem o território mato-grossense.

O bioma Pantanal, em especial, exige atenção redobrada devido à sua elevada vulnerabilidade e à importância de sua biodiversidade, reconhecida internacionalmente como um patrimônio natural de valor inestimável.

“No Pantanal, conseguimos extinguir cerca de 90% dos focos de incêndio no ano passado, graças à atuação rápida e eficiente do Corpo de Bombeiros e das equipes de campo. Reduzimos em aproximadamente 50% a área queimada em comparação com 2020, mesmo com condições climáticas mais adversas. Esses resultados evidenciam a eficácia das estratégias adotadas, que pretendemos compartilhar e aprimorar durante o congresso”, completou o comandante.

ORGULHO DO NOSSO
MATO GROSSO

QUE É TOLERÂNCIA ZERO
CONTRA FACÇÕES
CRIMINOSAS.

Governo de
Mato
Grosso

mt.gov.br [secom_mt](#) [govmatogrosso](#)